

Gratidão e lealdade:

o mandonismo local na política cearense

César Barreira

Como citar: BARREIRA, C. Gratidão e lealdade: o mandonismo local na política cearense. *In:* KOSMINSKY, E. V. (org.). **Agruras e prazeres de uma de uma pesquisadora:** ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 191-204. DOI: <https://doi.org/10.36311/1999.978-85-86738-08-5.p191-204>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GRATIDÃO E LEALDADE: O MANDONISMO LOCAL NA POLÍTICA CEARENSE

César Barreira¹

O Ceará é um Estado paradigmático para se entender o fenômeno do mandonismo local ou do domínio oligárquico na vida política brasileira. Para Carone² e Faoro,³ o Ceará seria um caso exemplar desse modelo de domínio político. Para Oliveira, o Estado do Ceará é “talvez entre todos os Estados do Nordeste o mais encarniadamente oligárquico”.⁴ Assim também pensou Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu conhecido trabalho sobre o mandonismo local na vida política brasileira⁵, dando destaque à prática política do Padre Cícero e ao período dos Accioly.

O Estado do Ceará em dois períodos históricos, no início do século XX e a partir da década de 1960, fornece ricos elementos para se compor o complexo quadro de uma dominação tradicional. No primeiro momento, com a oligarquia dos Accioly e Padre Cícero Romão Batista, e, no segundo momento, com os *três coronéis* conhecidos nacionalmente, Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra. É através do entendimento desses dois momentos da política

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

² CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 275.

³ FAORO, R. *Os donos do poder*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1975. p. 612.

⁴ OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 55.

⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

cearense, e tendo Maria Isaura Pereira de Queiroz como principal interlocutora, que pretendo analisar o mandonismo local. Esta deferência, se por um lado decorre da oportunidade dessa jornada de estudo sobre Maria Isaura, por outro os seus trabalhos representam um legado na explicação do Brasil rural, da manutenção de formas arcaicas ou tradicionais de poder e especificamente fornece elementos de análise para a política cearense do início do século XX. A ocasião oportuna de discussão de suas pesquisas torna factível um duplo diálogo. O das idéias da autora com seu tempo e a confrontação de suas reflexões com pesquisas recentes sobre a temática nas quais me incluo. Algumas questões nortearam esse trabalho. Quais os aspectos da história política cearense que possibilitaram a reprodução da figura do coronel, do oligarca, do *mandão*? Como é possível entender a dialética entre o conflito e a solidariedade permeada pelas relações de parentesco e de compadrio?

Aqui cabe uma primeira advertência. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz

o coronelismo se integra ... como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro — datado porque, embora aparecendo a apelação de *coronel* desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República: o mandonismo local teve várias formas desde colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo em relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil.⁶

Mesmo que a autora citada faça referência ao “aparecimento de um novo tipo de coronelismo, o coronel urbano”,⁷ seus estudos privilegiam este fenômeno na primeira República. Estendendo um pouco mais esse período, segunda República, é possível entender a existência dos *três coronéis* na política cearense, que configuram a prática de uma política tradicional.

⁶ Idem. op. cit., 1976, p. 172.

⁷ Idem. *ibid.*, p. 29.

A partir do entendimento das rupturas e continuidades nas práticas políticas dos grandes proprietários de terra do sertão, percebe-se o ocaso dos coronéis no Estado do Ceará. Neste percurso, algumas características históricas do sertão como o *clientelismo*, o *banditismo do proprietário*, as *fraudes eleitorais*, os *crimes políticos*, as *adesões* são indelévels. Essas serão o recheio da prática política do *mandão local*, do coronel, do chefe político do sertão que nortearão este trabalho.

Será dado destaque aos momentos eleitorais porque a dominação tradicional aparece de forma mais cristalina nesses períodos, sendo inclusive renovada. As eleições são conhecidas como *carro chefe* de reforço ao poder dos senhores de terra.

O voto como bem de troca: gratidão e benefício

A Constituição Republicana de 1891 oferece plenos poderes aos Estados (antigas províncias) para suas constituições particulares, obedecendo a princípios básicos para todo o país. Maria Isaura destaca como um dos princípios básicos, o respeito à autonomia municipal.

Este período é fortemente marcado pelo debate sobre as bases da República. Neste ínterim, a descentralização do município ante o Estado ganha corpo, e a tese dos republicanos era a de que a base da República brasileira deveria ser baseada nos municípios. Estes, célula dos Estados, formariam a República Federativa.

Com a nossa Constituição Republicana

ampliaram-se os quadros eleitorais; o sufrágio direto, instituído pela lei Saraiva em 1881 (mas que impunha a necessidade de uma renda anual mínima de 200\$00 para ser eleitor), substituiu-se o sufrágio universal e direto, abolidas as barreiras econômicas, excetuando-se apenas os mendigos, os analfabetos, os praças de pré e os religiosos sujeitos a votos de obediência que importassem em renúncia da liberdade individual.⁸

⁸ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 108.

A partir desse momento as regras do jogo mudam: crescem as influências locais, surge a figura do coronel, a luta eleitoral passa a ser *de casa em casa* e, por fim, ganha peso na conquista do voto o *cabo eleitoral*.

Os coronéis proprietários de terra passam a ser os principais cabos eleitorais. Ao contrário dos presidentes de províncias, os proprietários de terra não são ativos só nos períodos eleitorais, fazem *política* em todos os momentos.

Como diz Maria Isaura:

A extensão do direito de voto às classes populares não tivera pois, outro efeito senão aumentar o número de eleitores rurais às ordens de determinado mandão político; como podiam os agregados discordar dele, se nem podiam se manifestar em oposição aos fazendeiros sem perder o único amparo que possuíam? ... Com toda essa quantidade de eleitores às suas ordens, continuaram os fazendeiros a eleger quem bem queriam e continuaram os presidentes de Estado e deputados, na necessidade de cortejar os chefes do interior, da mesma maneira que durante o império.⁹

É importante destacar a argúcia de Maria Isaura para entender o valor do voto para as camadas populares, e principalmente, para os camponeses. Esta reflexão fornece elementos fundamentais para se entender as eleições, mesmo nos períodos atuais, principalmente, nas áreas rurais.

Votar no candidato do proprietário de terra, para o trabalhador rural, representa fidelidade e gratidão para o *homem bom* que deu a terra para ser trabalhada. É este homem que não só oferece trabalho mas sobretudo *proteção*.¹⁰

Como ressalta Maria Isaura:

o voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma oposição.¹¹

⁹ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 113.

¹⁰ BARREIRA, C. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

¹¹ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 178.

O voto representa um bem de troca dos camponeses (moradores de favor) para com os proprietários de terra e desses para com o poder estadual e federal. Nessa corrente ganham corpo os famosos *currais eleitorais* do sertão. Os proprietários de terra exercem o papel de mediadores, agora através do voto, entre o camponês e o poder estadual ou central.

A política do sertão se reproduz, assim, pelo reforço ao poder tradicional dos proprietários de terra, na medida em que esses delegam a sua representação aos políticos, que exercem cargos ou mandatos, e estes delegam poder aos proprietários. Para que essa cadeia seja viável é necessário ter o *morador de favor* que materializa o *voto de cabresto* e o *curral eleitoral*. O camponês vota no candidato do patrão não porque teme a repressão, ainda que essa exista, mas por *gratidão* ou por um *dever sagrado*. Nesse sistema não existe a compra do voto, mas troca de favores. O voto, neste caso, assume o aspecto de um bem de troca, o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel, significa que ou o coronel já fez um benefício ao eleitor, ou deverá fazê-lo; o voto não é inconsciente, muito pelo contrário, resulta do raciocínio do eleitor e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence. O problema do *voto de cabresto* se configura de forma diferente: não se trata aqui de uma imposição pura e simples do coronel, sob pena de vinganças econômicas ou outras; trata-se de uma determinação do eleitor de utilizar seu voto de maneira que redunde para ele em maior benefício.

Para os proprietários de terra a compra do voto pode representar o rompimento de seu código: *quem trai uma vez pode trair sempre*.

Na origem a compra do voto está ligada ao surgimento dos cabos eleitorais profissionais, pessoas que trabalham nos povoados ou mesmo nos municípios *prestando serviço* ao eleitor em troca de benefícios de um coronel ou um político profissional.

Como diz Maria Isaura:

Procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos eleitorais são elementos de ligação indispensável entre o coronel e a massa de votantes. A estrutura, *grosso modo*, se apresenta hierarquizada em três níveis: os coronéis; abaixo deles os cabos eleitorais; e, na base da estratificação política, os eleitores.

Além do papel de proselitismo, tem o cabo eleitoral a função de organizar a massa mantendo-a em forma para os pleitos.¹²

A compra do voto está ligada, também, a alterações nas relações de trabalho, que conferem ao camponês maior independência em relação ao proprietário.

A institucionalização da *compra do voto* no sertão se dá na medida em que cresce a população residente fora das *fazendas* e, no seu interior, os moradores residentes começam a perder ou a cortar seus vínculos pessoais com o patrão.

Oligarcas e clientelas

A participação política dos grandes proprietários tem, basicamente, três momentos: no primeiro momento, há a ausência de uma delegação de representação, na medida em que os próprios coronéis/fazendeiros ocupam os postos políticos. Temos como exemplo, a Convenção de Itu, de 18 de abril de 1873. Dos 133 convencionais, 78 eram fazendeiros e 55 de outras profissões.¹³ No segundo, há a delegação quase total da representação e, ao mesmo tempo, um controle por parte dos coronéis-proprietários do quadro político. É o período em que se configura com maior nitidez a *troca de favores*. É nesse momento que a política clientelista do sertão ganha força. Esse período pode, também, ser demarcado como o auge do poder dos coronéis-proprietários de terra.

No último período os proprietários de terra transferem a representação, mas não mantêm um controle absoluto sobre os políticos e nem sobre os eleitores:

De qualquer modo, foi tendência mais ou menos geral abandonarem os coronéis, pouco a pouco, uma ação direta no cenário político, transferindo esta atuação para camadas médias e para profissionais liberais, independentemente de sua ligação com as parentelas.¹⁴

¹² PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 166.

¹³ FAORO, op. cit., 1975, p. 456.

¹⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 209.

Este período é marcadamente caracterizado pelo fato de coronel-proprietário de terra passar a fazer parte da estrutura mais complexa de poder no sertão. “O coronel, que fora o antigo dono da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores”.¹⁵

É nesse quadro que se definem as alianças entre os proprietários e outros setores da sociedade, o que permite àqueles, manterem-se no poder, ancorados em nova correlação de forças.

Dois aspectos intimamente relacionados estão sempre presentes nas análises sobre as eleições no sertão: o primeiro, é que o partido dos proprietários de terra é o partido do governo; o segundo é a estrutura clientelista, que vem ocorrendo há séculos. A meta de estar sempre no poder é que em grande parte mantém e dá continuidade ao sistema clientelista, cuja existência é calcada na viabilidade de atender aos interesses e reivindicações do eleitorado rural. A alternância levaria a uma descontinuidade de tal atendimento, o que implicaria dificuldades para a reprodução do sistema clientelista.

Já fazem parte da história política do sertão, algumas frases famosas que retratam bem essa situação: “O governo muda, mas eu não mudo: fico com o governo”. “Em política eu sou intransigente: voto no governo”.

Ser opositorista, principalmente na esfera municipal, é muito *desconfortável*, implicando problemas políticos, mas principalmente econômicos. Nesse sentido, o que leva os proprietários de terra a ocuparem postos políticos ou estarem sempre do lado do governo é o acesso ao usufruto econômico de um sistema administrativo que lhes proporciona privilégios e respaldo para a consecução de seus interesses particulares. A possibilidade desse usufruto leva os coronéis-proprietários de terra a participarem de todas as falcaturas dos períodos eleitorais: corrupção, opressão aos camponeses, violência etc.

¹⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 203.

Como diz Maria Isaura: “A opressão, a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captar e conservar votos, tão empregadas e tão usuais quanto os favores e benefícios”¹⁶. Ou então: “O significado das eleições era manter no poder por um simulacro de legalidade aquele que dele tinham conseguido se apossar”¹⁷.

O lugar de oposição, no âmbito municipal ou estadual, para um coronel implica a perda de todos os direitos e benesses do poder público. Essa situação é transferida diretamente para toda a sua clientela. A lógica é: ficar na oposição somente quem não tem o privilégio de apoiar o governo.

Quando o coronel se encontrava na *oposição*, ... era como se a maldição tivesse se abatido sobre ele e sua gente: eram perseguidos, maltratados, aprisionados, e revidavam pagando violência com violência, muito embora sabendo o quanto se arriscavam. Para o apaniguado, nada melhor do que seu coronel ficar em *situação*, a fim de que pudesse perseguir os adversários sem temor e gozar dos privilégios de sua condição.¹⁸

Se por um lado, as disputas coronelistas conseguem manter o predomínio de uma determinada oligarquia, por outro, apontam fissuras no monopólio do poder.

Maria Isaura retrata bem essa situação no período acciolista no Ceará:

No Ceará, sob o governo do Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, houve mudança de chefes políticos em vários municípios. Em Missão Velha, onde dominava o deputado estadual Jamacaru, seu rival Antonio de Sant’Ana atacou a cidade, incendiou a casa do adversário, apoderou-se de seus bens e ficou seu sucessor na chefia do município, mandando comunicar ao presidente o que acontecera e passando a contar imediatamente com o apoio deste. Antonio Luis Alves Pequeno

¹⁶ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 173.

¹⁷ Idem, *ibid.*, p. 129.

¹⁸ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 178-179.

invadiu com sua gente a cidade do Crato, feudo político do então vice-presidente do Estado, José Belém de Figueredo; prendeu Belém, prendeu o juiz de direito e o promotor, depôs o escrivão e o coletor, telegrafou ao presidente comunicando o ocorrido e o presidente se apressou em ratificar sua posição de novo chefe da zona, dando-lhe todo apoio. Acontecimentos semelhantes ocorreram em Quixadá, Barbalha, Lavras da Mangabeira etc.¹⁹

Geralmente nessas disputas os governos central ou estadual não interferiam. Esperavam o fim das lutas para apoiarem o vencedor. Esta postura viabilizava a continuidade de uma oligarquia no poder, porque permanecia sempre ao lado da facção local majoritária, como também, a carta branca dada ao chefe local, líder da facção majoritária, para todos os assuntos relativos ao município, continuava intacta. Este compromisso era reforçado, na medida em que os chefes locais davam apoio incondicional aos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais.

É importante destacar, dentro deste contexto, que a grande disputa na Primeira República era entre as grandes famílias do sertão.²⁰ Os moradores, por serem considerados e conhecidos como gente do coronel *fulano de tal*, tomaram partido e passaram a encarar como *inimigos* os adversários de seu patrão.

Como diz Maria Isaura:

os que estavam colocados mais abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes podiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas; a solidariedade aqui existente tinha por base a tribo familiar com parentes, aderentes, agregados, isto é, laços de dependência consanguínea, material e moral. Para o sitiante, compadre do coronel fulano de tal, estar o coronel fulano por cima na política era estar o sitiante amparado e em situação privilegiada; seus interesses se entrelaçavam por esse lado com os do coronel fulano, embora ambos pertencessem a camadas sociais diferentes.²¹

¹⁹ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 121.

²⁰ CHANDLER, B. J. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns*. Fortaleza: Edições UFC., 1980. p. 115-55.

²¹ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 18-19.

Se o envolvimento dos camponeses nas disputas oligárquicas representa, por um lado, a expressão concreta da submissão a que os trabalhadores rurais do sertão estão sujeitos, por outro, expressa um tipo de participação política que os distancia das contradições com os setores dominantes. Esse distanciamento mantém ou possibilita o reforço a uma pseudo *paz agrária* no sertão.

As disputas oligárquicas marcam profundamente a história do sertão cearense. De 1901 a 1928 foram registradas 16 lutas entre coronéis, com morte de chefes políticos, assaltos às cidades etc.,²² levando em muitos casos, a emigração de coronéis derrotados. Em alguns casos impõe-se até a interferência de autoridades e outros coronéis para somar prolongadas disputas. Exemplar neste sentido foi o *Pacto dos Coronéis*, celebrado em Juazeiro do Norte no dia 4 de outubro de 1911, com a mediação do Padre Cícero. Nesse dia, Juazeiro foi elevada à categoria de vila. Tal pacto resultou de uma reunião entre 19 coronéis ou seus substitutos, representando a região do Cariri do Estado. Para oficializar o acordo foi redigida uma ata que foi assinada por todos os presentes.

Fica evidente a ação *pacificadora* do Padre Cícero e do governador Antonio Pinto Nogueira Accioly,²³ na busca de uma harmonia política entre as oligarquias do Estado. Os pontos constantes da ata são uma tentativa de institucionalizar um *código político* para os coronéis. Se, por um lado, impunham limites ao *poder individual* dos coronéis, por outro, criavam mecanismos para o fortalecimento do sistema oligárquico no Estado. Isso é claro na referência à *inquebrantável* solidariedade não só pessoal como política e “um por todos e todos por um, salvo em caso de desvio da disciplina partidária, quando alguns dos chefes entendem de colocar-se contra a opinião do chefe do partido, o excelentíssimo Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly”,²⁴ A hierarquia e a disciplina são mantidas como fatores de força dos proprietários de terra.

²² PINHEIRO, I. *Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938. p. 180.

²³ CARONE, op. cit., 1970, p. 257.

²⁴ Ata de 4 de outubro de 1911, citada por SOUZA, M. J. *Aspectos políticos do Ceará na Primeira República*. Salvador, 1973, p. 68-71. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia.

O acordo, ao mesmo tempo, tenta demarcar os limites da violência da classe dominante no sertão e mostra as armas do sistema coronelista: “nenhum chefe protegerá criminosos no seu município, nem dará abrigo aos do município vizinho”. Ou, “deve-se acabar com a proteção aos cangaceiros”.²⁵

Para Maria Isaura “todo este documento é escrito como se não existisse no Estado nenhum poder mais alto do que o poder dos coronéis municipais que o firmaram; e não existia mesmo, pois que nenhuma medida estadual ou federal interceptou o pacto”.²⁶

O uso privado da máquina pública – os grandes benfeitores do sertão.

As disputas oligárquicas não ocorriam necessariamente para que o coronel assumisse cargo político, mas para manter sua hegemonia sobre uma determinada área. Essa prática política dos grandes proprietários de terra visava manter o *prestígio político*. O grau de *prestígio* era medido pela influência no sistema clientelista.

Abelardo Montenegro apresenta um bom exemplo desse quadro:

Isaias Arruda, que em 1926 transformara-se em poderoso chefe político do partido conservador (Aciolino), se o juiz não submetia-se às suas ordens, expulsava-o da localidade. Se um tenente da polícia reagia contra os desmandos era assassinado. O coronel Isaias Arruda julgava-se com o direito de influir na escolha do magistrado local, da professora e de todos os funcionários públicos do município ou da área de sua influência política.²⁷

Referindo-se a esse ponto, Maria Isaura diz:

Quanto ao aspecto administrativo tomado pelos benefícios dispensados aos eleitores, todos os documentos que consultamos ao efetuar nosso trabalho sobre

²⁵ Idem, *ibid.*, p. 68-71.

²⁶ PEREIRA DE QUEIROZ, *op. cit.*, 1976, p. 20.

²⁷ MONTENEGRO, A. F. *História do cangaceirismo no Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1955. p. 634.

o mandonismo local, mostraram claramente que, a partir da independência do Brasil, os postos administrativos e os lugares no funcionalismo público passam a agir como novas fontes de benefícios a serem distribuídos. Por isso se tornou tão importante para os mandões, dominar as estruturas locais, regionais e até nacionais: tinham em seu poder maior soma de lugares a distribuir, e portanto de beneficiados com a gratidão dos quais podia contar.²⁸

Padre Cícero é analisado como caso extremo de chefe político local.

Padre Cícero, durante perto de 50 anos, não teve quem lhe disputasse a primazia, dado seu contato íntimo e constante com os eleitores, que estavam presos a ele por laços de fé, de idolatria, de admiração, de gratidão, que o encaravam como único benfeitor dos tristes sertões nordestinos. Sem despender energias com propaganda ou conchavos eleitorais, foi anos e anos prefeito de Juazeiro, foi eleito e reeleito vice-presidente do Estado do Ceará, fazendo e desfazendo deputados. Três presidentes foram em viagem a Juazeiro, nos confins do Estado, não para fazer-lhe meras visitas de cortesia, mas para *visitas de alto significado político*. E o presidente Franco Rabelo, por não lhe ter conseguido o apoio, viu-se a braços com uma revolução, liderada pelo afilhado dileto do Padre Cícero, Floro Bartolomeu, que o derrubou do governo.²⁹

O domínio do Padre Cícero ainda é ressaltado pela autora citada por dois motivos: diante da simpatia dispensada aos revolucionários da Coluna Prestes e a hospitalidade para com o grupo de Lampião. Mesmo sendo dois grupos perseguidos pelo governo central, este em nenhum momento pretendeu pedir contas ao Padre Cícero.

A importância política dos municípios enquanto base do sistema clientelista continua com fortes marcas no sertão. As distribuições das verbas e as localizações de obras federais ou estaduais passam necessariamente pelo *jogo*

²⁸ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 174-175.

²⁹ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1976, p. 118.

político, que tem como *carta* a troca de interesses políticos-pessoais. O uso privado da máquina pública é uma constante em todos os momentos históricos do sertão, dando em grande parte a tônica da prática política local.

Um outro dado importante é que os candidatos para as câmaras federais ou estaduais são geralmente e praticamente eleitos em um determinado município ou região. Isto é, o peso de uma base política municipal é determinante para a vitória de um político. Se, por um lado, este dado personaliza um deputado a uma determinada região ou município, por outro lado, o elo de troca de favores entre o poder federal ou estadual e os representantes das câmaras ganham concretude.

Colaborando com essa argumentação existe uma máxima política no sertão que diz: *governo não perde eleição em ano de seca*. Essa máxima dá a tônica das campanhas eleitorais, apresentando o governo central como carro chefe em termos de distribuição das benesses públicas para a população carente e para determinados municípios. No jogo de correlações de força o elemento desequilibrador é a troca de favores. Isso possibilita que os representantes políticos se apresentem como os grandes *benfeitores do sertão*, cobrando lealdade e gratidão.

É dentro deste quadro que, a partir da década de 1950, a política cearense passa a ser dominada por três coronéis do Exército Brasileiro, também coronéis nas suas práticas políticas. Principalmente de 1962 a 1986 dominaram quase todos os cargos políticos do Estado.

Em 1962 é eleito o Coronel Virgílio Távora da coligação PSD/UDN. Essa coligação é resultado de um pacto entre as forças mais conservadoras do Estado para derrotar o candidato do PTB, Adahil Barreto. O governador Virgílio Távora, com extrema habilidade, consegue ultrapassar o período de 1964 a 1966 apoiando num primeiro momento o presidente deposto João Goulart e, em seguida, agradando aos militares. Em 1966 é escolhido para governador Plácido Castelo, sem nenhuma expressão política, mas que entretanto não desagradava aos políticos locais. Em 1970 é indicado o coronel César Cals, tendo como vice Humberto Bezerra, irmão gêmeo de Adauto Bezerra. A escolha de César Cals teve como grande artífice o governo central, tendo como tônica sua inserção no governo militar. Em 1974 o coronel Adauto Bezerra é escolhido para governar o Estado,

tendo como trunfo o fato de, a partir de 1966, ser o deputado federal mais votado no Ceará. Virgílio Távora é novamente aquinhoado à condição de governador do Estado em 1978. Em 1982 é eleito o economista Gonzaga Mota, resultado de um grande pacto envolvendo os três coronéis. Esse pacto ficou conhecido como o *Acordo dos Coronéis*, tendo sido sacramentado pelo então presidente da República, o general João Figueredo.

Em todas as eleições, principalmente na de 82, os três coronéis se apresentavam como os grandes benfeitores do sertão. Por quase três décadas eles conseguiram dominar a política do Estado, tendo como base uma *política de favor*, cultivando a fidelidade nos grupos políticos.

Neste período, volta à cena alguns aspectos já apontados por Maria Isaura na análise do mandonismo local, em que, na política de compromisso, os coronéis e oligarcas são expressões a um só tempo, do poder privado e do poder público.

Finalizando, é essencial destacar a importância de continuarmos trilhando os caminhos de pesquisa de Maria Isaura Pereira de Queiroz, para entendermos por que, no Ceará, lideranças políticas de feição tradicional e conservadora se reproduziram por tanto tempo.

Atualmente, com a subida ao poder do Estado dos *novos empresários*, coloco a questão de saber até onde as práticas personalistas/clientelistas/oligárquicas estão perdendo sua eficácia como meio de reprodução ou de acesso ao poder.